



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA VITOR BEZERRA LOLA



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ESCOLA VITOR BEZERRA LOLA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

*Escola Vitor Bezerra Lola
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022*

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETORA ESCOLAR

Ana Veloso de Oliveira Lima

VICE- DIRETORA:

Eliana Alves Carvalho

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Veronice Ferreira Lima

PROFESSOR(A):

Laudenize Veloso Santa Rosa

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Organização Institucional e Perfil Identitário

1.1.3. Características e Finalidades

1.2. Linha do Tempo: a História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Conceção Institucional de Ser Humanas, Sociedade e Cultura

2.2. Conceção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Conceção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4. Conceção de Currículo

2.4.1. Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Conceção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

3.3.2. Educação para a Diversidade

3.3.3. Educação para o Trânsito

3.3.4. Educação Ambiental

3.3.5. Educação Financeira para o consumo

3.3.6. Cultura Digital

3.3.7. Parte Diversificada

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

3.4.1. Perfis Esperado do Professor

3.4.2 Perfis Esperado do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Educação Infantil

4.1.1. Creche

4.1.2. Pré-Escola

4.1.3. Organizador Curricular e Contextualização da Parte Diversificada

4.1.5. Transição da Creche para a Pré-escola

4.1.5. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

4.2. Ensino Fundamental

4.2.1. Anos Iniciais

4.2.2. Anos Finais

4.2.3. Organizador Curricular e Contextualização da Parte Diversificada

4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

4.2.6. Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

5.2. A Política de Educação do Campo

5.2.1. Concepção/Princípios/Indicadores da Educação do Campo

5.3. A Política da Inovação Tecnológica

5.3.1. Concepção da Inovação Tecnológica

5.3.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

5.3.3. Diretrizes da Inovação Tecnológica

5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

5.4. A Política de Assistência Estudantil

5.4.1. Concepção de Assistência Estudantil

5.4.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

5.4.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

5.5. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.5.1. Concepção da Formação Continuada

5.5.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.5.3. Diretrizes da Formação Continuada

5.6. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.6.1. Concepção da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.6.2. Princípios da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.6.3. Diretrizes da Comunicação Escola/Família/Comunidade

6. Acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico.

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Vitor Bezerra Lola foi analisado e (re)elaborado a partir de encontros com membros da comunidade escolar. Desde o início a escola entendeu o PPP como documento que está sempre em construção, sendo assim iniciou-se a (Re)elaboração entre os meses de maio a dezembro de 2022 a partir de leituras, estudos e discussões.

Trata-se de um documento que imprime a identidade da nossa escola, no que se referem aos direcionamentos das práticas pedagógicas, políticas e administrativas, tendo em vista que este não pode ser considerado como pronto e acabado, pois é flexível e deve ser constantemente avaliado e reformulado de acordo com as necessidades que surgem ao longo das vivências educacionais, visando sempre melhoria da qualidade do trabalho educacional da nossa instituição.

Neste projeto, buscamos retratar o contexto da nossa escola e a realidade das nossas crianças, considerando as experiências educacionais e as opiniões das pessoas envolvidas no processo de (re)elaboração, com base ainda nos projetos que já desenvolvemos e nos novos projetos que serão implementados, com o objeto de contemplar os elementos novos presentes nos documentos curriculares referenciais em prol da melhoria na qualidade do trabalho e do sucesso educacional, com metas preestabelecidas e que esperamos atingi-las de forma positiva.

Desse modo, fica evidente que este documento não deverá ser engavetado, mas visto, revisto, discutido e refletido, respeitando as diferenças de ideias e opiniões, tendo seu compromisso reafirmado para seu real acompanhamento e implementação, favorecendo as mudanças almejada.

Nesse enquadramento, elaboramos nosso PPP, mediante às reflexões, experiências vivenciadas no contexto educacional, buscando atender as demandas eminentes da realidade social e política do nosso município. Além disso, estabelecemos ações destinadas à garantia da aprendizagem significativa por meio de novas descobertas e interações práticas, com a finalidade de zelar pelo rendimento das crianças.

IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Nome: Escola Vítor Bezerra Lola

ENDEREÇO: Rua do Conselho, S/N- Centro

CEP: 44670-09

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Urbana

E-MAIL: vitor.anguera@gmail.com

CNPJ: 12.430.537/0001-70

CÓDIGO DO INEP/SERE: 29090024

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: RESOLUÇÃO

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil

TURMA	TURNO	Nº DE ALUNOS	CÓD. DA TURMA
GRUPO 04 - A	MATUTINO	15	27009599
GRUPO 04 - B	MATUTINO	13	27009600
GRUPO 05 - A	MATUTINO	19	27009602
GRUPO 05 - B	MATUTINO	16	27009603
GRUPO 04 - U	VESPERTINO	17	27009601
GRUPO 05 - U	VESPERTINO	21	27009604

A Escola Vitor Bezerra Lola é composta pelos seguintes funcionários, no período do ano letivo de 2022, descritos na tabela abaixo:

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
01	ANA VELOSO DE OLIVEIRA LIMA	DIRETORA	ESPECIALISTA
02	ELIANA ALVES CARVALHO	VICE-DIRETORA	ESPECIALISTA
03	VERONICE FERREIRA LIMA	CORDENADORA	ESPECIALISTA
04	IONEIDE ALMEIDA LIMA SANTOS	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
05	JÉSSICA BRITO REIS	PROFESSORA	LICENCIADA
06	JOSÉLIA DA SILVA CARVALHO	PROFESSORA	LICENCIADA
07	LAUDENIZE VELOSO SANTA ROSA	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
08	MISSILENE ARAUJO SAMPAIO	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
09	Mª DE FÁTIMA X. DOS S. JESUS	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
10	ROSEVANIA DE S. SILVA LIMA	PROFESSORA	MAGISTÉRIO
11	SHARLENE JEANE P. DE SOUZA	PROFESSORA	ESPECIALISTA
12	DAÍSE DE CARVALHO MOREIRA	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
13	ELIANE PEREIRA ARAUJO	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
14	EMANUELLY MAIA SOUZA	AUX. DE ENSINO	LICENCIANDA
15	GABRIELLY P. SANTOS SOUZA	AUX. DE ENSINO	LICENCIANDA
16	JAMILE SANTANA BRITO	AUX. DE ENSINO	LICENCIANDA
17	LUSINETE MENDES FERNANDES	AUX. DE ENSINO	ENSINO MÉDIO
18	MARIANA SILVA SANTOS	AUX. DE ENSINO	LICENCIADA
19	LEONARDO A. MENDES CORREIA	AUX. ADM	ENSINO MÉDIO
20	DANUSE GOMES OLIVEIRA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO
21	JOSÉLIA V. DE OLIVEIRA SANTOS	COLABORADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
22	LUSDETE FIGUEREDO ALVES	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
23	LUZANETE VELOSO FERREIRA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
24	EDILZA SOUZA SANTANA	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO
25	JOANILDA CHADUD COUTO	MERENDEIRA	ENSINO FUN. INCOMPLETO
26	CRISTIANA DA SILVA NERI	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO
27	JURACI RODRIGUES MACEDO	AG. PORTARIA	ENSINO FUNDAMENTAL

1.1. Perfil Identitário da Instituição

1.1.1. Função Social:

A função social da nossa escola reside no desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas das nossas crianças, buscando capacitá-las e prepará-las para ampliarem seus níveis de conhecimento, além do desenvolvimento de suas competências, habilidades e valores necessárias em cada etapa do ensino, garantindo seus direitos ao acesso à educação de qualidade.

Neste sentido, Libâneo (1994, p. 70) enfatiza que:

A atuação da escola consiste na preparação da criança para o mundo adulto e suas contradições fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de construído e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Com base no pensamento de Libâneo, nossa Missão fundamenta-se em ser um ambiente alegre, acolhedor e estimulador, buscando ofertar um ensino baseado no verdadeiro amor pela infância, desenvolvendo suas habilidades e competências com foco no desenvolvimento integral das nossas crianças, tornando-as cada vez mais autônoma na medida em que crescem e aprende.

Nossa Visão educacional pauta-se em alcançar um ensino de excelência, se colocando como referência da Educação Infantil em nosso município, com foco no desenvolvimento de uma escola inovadora e transparente em suas ações, por seu compromisso com a oferta de um ensino de qualidade.

Nosso trabalho ancora-se no papel de informar e formar através de práticas fundamentadas nas vivências por toda nossa comunidade escolar, com foco na formação das nossas crianças buscamos prepará-las enquanto pessoas críticas e criativas capazes de inventar, criar e descobrir, no coletivo e individualmente.

Deste modo, os valores que condicionam, o nosso trabalho educacional, residem nas práticas de ações fundamentadas no desenvolvimento dos seguintes itens:

- ✓ Respeito às diferenças;
- ✓ Solidariedade;
- ✓ Ética;
- ✓ Empatia;
- ✓ Trabalho em regime de colaboração;

- ✓ Responsabilidade e honestidade;
- ✓ Esforço e perseverança.

Estes são os pilares que regem cada ações desenvolvida em nossa escola.

1.1.2. Características e Finalidades

A Escola Vitor Bezerra Lola tem capacidade de organização para oito turmas, no total de 160 alunos, a matrícula é realizada para crianças de quatro e cinco anos, nas turmas de Grupo 04 e Grupo 05 com um total de vagas para vinte crianças, o atendimento são oferecidos em período parcial matutino e vespertino.

O horário de atendimento da jornada escolar está em conformidade com Regimento Escolar Unificado Portaria SEC. nº 005/2014, e Portaria SEC nº 04/2022. Artigo 1º As unidades escolares da rede municipal, deverão cumprir em cada dia letivo, o mínimo de quatro (04) horas letivas de efetivo trabalho escolar em turno parcial. O intervalo de aula, não ultrapassa de 15min. Para cumprimento da carga horária do atendimento em tempo parcial, a Educação Infantil deve ter a duração de 200 dias letivos, com carga horária de 800 horas por ano, conforme previsto na LDB 9.394/96.

O período de atendimento está distribuído em etapas letivas: Primeira etapa início 03 de março e término 03 de junho; segunda etapa início 06 de junho e término 09 de setembro; terceira etapa início 12 de setembro término 13 de dezembro, definido conforme o Calendário Letivo, o qual é organizado pela Secretaria de Educação, de forma dialogada com o Conselho Municipal de Educação.

Os ambientes da escola são organizados considerando a construção da identidade da criança e as diversas aprendizagens, acreditando que é de extrema importância para ela a companhia de outras crianças, proporcionando assim momentos agradáveis, acolhedores, afetivos e que ao mesmo tempo ofereçam desafios.

A instituição encontra-se inserida numa comunidade onde as famílias possuem baixa renda, um dos problemas sociais enfrentados pelo desemprego, a maioria conta com o Auxílio Brasil do Governo Federal com a chegada de uma

fábrica de peças para calçados no município que gerou empregos para algumas famílias, outros são autônomos, feirantes, professores e pequenos empreendedores.

A nossa escola é composta de crianças de diferentes níveis e com diversas histórias de vida, estando inserida num contexto em que os filhos, por vários motivos, convivem com a mãe ou com os avôs. Nesse sentido, o Vitor atende uma clientela constituída na sua maioria de crianças moradores da sede, mas atende crianças da zona rural do município, estas dependem do transporte escolar oferecida gratuitamente pelo governo municipal.

A instituição possui uma estrutura física de quatro salas de aula atendendo a demanda necessária da escola, têm 03 banheiros, 01 almoxarifado, 01 secretaria e 01 cantina. Com relação à área externa, tem um pequeno espaço, onde as crianças podem correr e brincar livremente. Não possui espaço para biblioteca, o acervo de livros se encontra em estantes que ficam nas salas de aula ou na secretaria.

A gestão escolar nos últimos anos tem sido marcada pelo envolvimento e participação ativa da comunidade visando promover a qualidade na educação que é um direito de todos conforme estabelece a constituição e Lei de Diretrizes e Bases. Assim, a democracia na escola se faz presente, por meio, da atuação constante do conjunto de profissionais que atendem os anseios prescritos pela LDB, colocando em evidência o desenvolvimento de ações colaborativas e participativas da comunidade escolar. Assim, gestão é organizada, na Escola Vitor Bezerra Lola, da seguinte forma: Direção, Vice-Direção, Coordenador Pedagógico, Caixa Escolar, e Conselho Escolar.

Vale ressaltar que, a instituição conta com o auxílio de recursos federais como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) desde o ano de 2009, o qual é destinado a compra de materiais permanentes e de consumo. A escola também conta com recursos da Secretaria Municipal de Educação e outros recursos extras adquiridos através de eventos como bazar, balaio junino, rifas e outros realizados durante todo o ano com o apoio da equipe e do conselho escolar.

No que tange a finalidade da Escola Vitor, trabalhamos pela formação integral das nossas crianças para que aprendam e participem da melhor forma possível do ambiente educacional, no qual estão inseridas, que saibam ouvir, dialogar e, acima de tudo, que tomem decisões embasadas no respeito. Sendo assim, a escola

trabalha de forma articulada com as necessidades dos alunos, tendo como finalidades:

- ✓ Estimular o lúdico, compreendendo como direito, como linguagem própria da infância e como vivência privilegiada de interação e aprendizagem;
- ✓ Atender as necessidades de básicas do cuidar e do educar;
- ✓ Reforçar a importância das brincadeiras, pois são estratégias divertidas e prazerosas por meio delas as crianças: ampliam suas relações sociais, adquirem laços afetivos e desenvolvem a sua imaginação;
- ✓ Desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando para tornar-se um cidadão, participativo na sociedade em que vivem;
- ✓ Desenvolver o pensamento crítico;
- ✓ Formar cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa;
- ✓ Ensinar as crianças seus direitos e deveres;
- ✓ Promover uma educação de qualidade que estimule o exercício para cidadania;
- ✓ Evidenciar a importância da participação dos pais na escola;
- ✓ Valorizar as diferenças;
- ✓ Oferecer o mesmo espaço para o processo de ensino aprendizagem de todos os indivíduos respeitando suas limitações e particularidades;
- ✓ Ingressar no ensino fundamental dominando as habilidades necessárias para dar continuidade ao processo de alfabetização;
- ✓ Dar seguimento, nesse processo partindo de uma adaptação coerente ao contexto vivenciado na pré-escola para que elas consigam uma transição de forma leve e acolhedora.

Nossa escola orienta uma educação voltada para a convivência democrática, visando à formação de pessoas com condutas sociais que respeitem o outro e que sejam preparadas para considerarem também seus pontos de vistas e sentimentos.

1.2. Linha do Tempo: A História Institucional

A Escola Vitor Bezerra Lola, foi fundada no ano de 1986 pelo Prefeito Armando Sofia Brandão. A mesma está localizada na Rua do Conselho S/N, Bairro Centro, no Município de Anguera-Ba. A construção da escola surgiu do desejo da comunidade em ter um espaço educacional que contemplasse as necessidades das crianças menores de 7 anos daquela época.

O nome da escola foi dado em homenagem ao ex-prefeito Vitor Bezerra Lola, nascido em 17 de junho de 1911, no município de Poção na Paraíba, era filho de José Bezerra Lola e Maria Torres Lola. Vitor estudou até a 4ª série em sua residência, onde seus pais pagavam uma professora para ensiná-lo. Aos 23 anos começou a trabalhar numa fábrica de doces e cigarros.

Vitor veio para a cidade de Anguera trazido pelo senhor Manuel Galdino. Em 08 de dezembro de 1941, casou-se com a senhora Antonieta Figueiredo Lola, com quem teve 9 filhos. No ano de 1952 tornou-se comerciante proprietário de um armarinho e uma distribuidora de aguardente e vinho.

Esta instituição era anexo da Escola Érico Sophia Brandão, que era dirigida pela diretora Maria Terezinha Reis de Oliveira nomeada pela Prefeitura Municipal de Anguera.

Demais diretores:

- ✓ De 2001 – 2008: Diretora Professora Maria Antonieta Cardoso Almeida.
- ✓ De 2009 – 2013: Diretora Professora Jucielia Oliveira Souza de Oliveira.
- ✓ De 2014 – 2017: Diretora Professora Ana Veloso de Oliveira Lima.
- ✓ Exerceu em 2018: Professora Jacqueline Santos Silva.
- ✓ Exerceu em 2019: Professora Astil Nascimento Araújo de Azevedo.

A escola Vitor Bezerra Lola foi autorizada pelo decreto 910/ 29 de janeiro de 1990. Inicialmente começou a funcionar com apenas 2 salas que atendia crianças só no turno matutino, 1 secretaria, 2 banheiros, 1 cozinha pequena e uma casa na sua extremidade ocupada por uma família.

Em 2014, na gestão do Prefeito Mauro Selmo Vieira a escola foi contemplada com a construção de mais 01 sala de aula, com ar condicionado, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 01 rampa de acesso na entrada do portão, ampliação da secretaria e

pinturas, proporcionando um ambiente mais agradável e prazeroso. Em 2017 a escola foi agraciada com uma vice-diretora: Eliana Alves Carvalho.

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um processo amparado por sete dimensões do processo educativo como: Planejamento Institucional, Multiplicidade de experiências e linguagem, Interações, promoção da saúde, espaços, materiais e mobiliários, Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, cooperação e troca com as famílias além da participação da rede de proteção social.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022) propõe que a avaliação institucional aconteça seguindo orientações dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Ministério da Educação, 2009). Esta avaliação constitui-se como espaço de discussão, visando melhorias da unidade escolar no sentido de conhecer, entender e se comprometer com as mudanças necessárias, a partir do planejamento e organização de um plano de ação que se efetive numa gestão de fato democrática e que permita aperfeiçoar a qualidade da educação oferecida pela instituição.

Com o intuito de promover melhorias com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, a proposta do novo SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, que inclui a Educação Infantil, de acordo a Portaria INEP Nº 10, de 8 de janeiro de 2021, antecipa que a Educação Infantil será avaliada a cada dois anos exclusivamente pela aplicação de questionários eletrônicos de natureza não cognitiva.

Diante do que foi exposta, a avaliação do SAEB para educação infantil, será focada nos aspectos institucionais e na prática pedagógica dos professores. De acordo encaminhamentos dados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação, essa avaliação é prevista para ocorrer a partir do ano de 2022, em intervalo de dois em dois anos, com a finalidade de analisar os pontos negativos e positivos para assim poder pensar em estratégias e políticas públicas para melhorias da Educação Infantil.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

Entendemos que, criança é um sujeito histórico e de direito que através de suas interações e convivência são capazes de construir sua própria identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, deseja, observa, experimenta, questiona e constrói sentido sobre a natureza, sendo um ser humano capaz de adquirir conhecimento refletindo sobre sua própria e existência transformando sociedade.

Ainda sobre o referido assunto, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reconhece como crianças pessoas de até os 12 anos incompletos (Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990) e garante a elas o direito de proteção à saúde e à vida, reconhecendo-as em suas potencialidades e especificidades.

O artigo 29 o do (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o pleno desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico psicológico, intelectual e social contemplando a ação da família e da comunidade.

Nessa concepção, a criança necessita de espaço de tempo e ser ouvida como sujeita para desenvolver-se de forma e contínua inserida em um contexto que se explore suas habilidades partindo das vivências cotidianas abrindo espaços para novas aprendizagens.

Sendo assim, a Escola Vitor procura atender as crianças de forma humanizada e também despertar nelas a necessidade de dialogar, tirar dúvidas, errar e pedir ajuda fazendo com que as crianças sintam-se pertencente ao grupo qual estão inseridas. Atendendo as individualidades e a necessidade de cada uma, isso requer um olhar diferenciado e humanizado do corpo docente da escola.

2. 2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

A Escola Vitor Bezerra Lola defende uma Educação Integral na formação humana, na qual vai acontecer ao longo da vida das crianças e deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos que contemple todos os aspectos intelectual, físico, emocional, cultural, social e cognitivo. Desse modo, é essencial nas práticas

educacionais ter um olhar que contemple todas essas dimensões para o desenvolvimento da criança na sua totalidade.

A Base Comum Curricular (2018, p. 14) reafirma também o seu compromisso com a educação integral de forma mais ampla, e destaca que:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitivo) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assim assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando – os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidade e diversidade.

Diante do que foi exposto no documento, a Escola Vitor Bezerra Lola, busca uma formação integral no desenvolvimento da criança, na qual ela é o centro o foco de tudo relacionado a educação. Essa formação deve estar presente no planejamento do processo educativo, no currículo, nas atividades, nos ambientes de aprendizagem e deve ser construído a partir dos interesses da criança garantido os objetivos de aprendizagem através do lúdico, da imaginação da criança, ao acolhimento, á curiosidade, á brincadeira e ao respeito.

As práticas pedagógicas devem desenvolver diversas ações que possam englobar aprendizagem permanente e significativa com intencionalidade promovida no brincar, ter em consideração as vivências experiências das crianças e integradas aos seus saberes e da comunidade.

Assim, a nossa concepção da Educação Integral reside na necessidade de cada criança bem como no seu processo de desenvolvimento educacional, social, afetivos etc., pois, sabemos que cada indivíduo é único; compreendemos que, na perspectiva da educação integral a escola alinhada aos documentos curriculares (DCRM e DCRB), defende a valorização e a integração como o todo de cada criança no processo educativo.

A escola busca desenvolver o contexto territorial na perspectiva da educação integral da criança, isso significa o lugar onde ela reside, rua, bairro, cidade, estado, pais, escola e família. Nesse sentido, entendemos que cada espaço, desse contexto não são iguais, mas que precisam serem explorados com objetivo de oferecer uma aprendizagem que permita o desenvolvimento integral da criança.

Nossa instituição reconhece outro eixo fundamental que promove a educação integral que é a equidade, ela reconhece o direito de toda a criança de aprender e de ter acesso a todas as oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas na perspectiva inclusiva, porque reconhece a singularidade e valoriza as múltiplas identidades, na formação de sujeitos críticos, autônomos, responsáveis com si mesmo e com o mundo.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

Entendemos a ciência como ferramenta para disseminar o conhecimento e garantir o desenvolvimento das crianças, além da dinamicidade dos novos meios tecnológicos contribuem e estimulam os mecanismos tencionais, tais como perceber, compreender e prestar atenção.

Atualmente a exigência do uso das tecnologias nas escolas tem crescido e essas habilidades têm intensificado cada vez mais, dessa forma, quando aprendizagem acontece por meio de ações exploradas através das tecnologias o conhecimento se torna mais significativo.

Nesse sentido, a Base Comum Curricular incentiva a modernização dos processos educacionais e das práticas pedagógicas com objetivos de formar as habilidades e competências necessárias para o século XXI. Para melhor exemplificar, destacamos as seguintes competências previstas pela BNCC (2018, p. 9):

Competência 05: que refere à cultura digital, compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informações e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (Incluindo as escolas) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Competência 04: refere se a comunicação, utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, em como conhecimento das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentido que levam ao entendimento mútuo.

Visto que, a escola procura apresentar em sua proposta pedagógica uso digital como uma ferramenta necessária para facilitar a aprendizagem das crianças e orientar sobre o uso consciente das tecnologias através da inserção de atividades lúdicas tais como: vídeos, músicas e jogos utilizando notebook, retroprojeter, caixa de som, além das atividades de faz de contas que são trabalho no cotidiano escolar.

Nesse sentido, a Escola Vitor Bezerra Lola, seguindo os documentos estabelecidos para fundamentar a prática docente, procura desenvolver atividades baseado nos objetivos de aprendizagens, explorando cada campo de experiências, para que as crianças possam garantir suas habilidades e competências para atuar com autonomia, sendo capazes de compreender as diferenças e tomar decisões.

2.4. Concepção de currículo

O currículo é um aparato indispensável para orientar a prática docente, por meio dele é possível identificar os objetos de aprendizagem das crianças. Além disso, a concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos sociais, políticos e filosóficos da educação até os marcos teóricos e referências técnicas e tecnológicas que se realiza no dia a dia da sala de aula baseado com a realidade.

Segundo Sacristán (2013, p. 18):

O currículo age como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõem regras, normas e uma ordem que são determinantes.

Com base no pensamento de Sacristán, compomos o nosso currículo da educação infantil nas experiências do cotidiano das nossas crianças, inserindo as atividades curriculares através da inserção de brincadeiras, e da exploração dos elementos que compõem o nosso pedagógico, promovendo o desenvolvimento integral dos nossos pequenos em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.

Com base ainda nas readequações advindas da BNCC e do DCRMA buscamos inserir em nossa grade curricular elementos que compõem a nossa cultura, a nossas culinárias, as brincadeiras e histórias provenientes do nosso município. O artigo 26 da LDB (2018, p. 19) aponta que:

O currículo da Educação Infantil, do ensino fundamental e do ensino médio da educação deve ter Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da economia e dos educandos.

Com base na definição acima, buscamos evidenciar a importância da inclusão das vivências no currículo, considerando os conhecimentos exclusivos da realidade

local, incentivando a escola forma cidadãos consciente, críticas - reflexivos capazes de reconhecer sua própria identidade.

2.4.1. Fundamentos de Currículos

Baseado nas Pesquisas e leituras realizadas acerca do tema abordado, o currículo apresenta um papel significativo nas rotinas e práticas pedagógicas na escola, pois é através dele que são organizadas as metodologias e as vivências que serão trabalhadas procurando buscar soluções para alcançar uma aprendizagem significativa.

A partir dos estudos, chegamos a uma conclusão que o currículo na educação infantil é um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionados aos saberes e conhecimentos internacionalizados para que seja vivenciada pelas crianças na perspectiva de sua formação humana.

Deste modo, o currículo da educação infantil indica as experiências a serem trabalhadas com as crianças, definições e seus objetivos, assim como, construindo os saberes, conhecimentos, valores e práticas que proporciona ao mesmo tempo o cuidar e o educar.

Considerando que cada criança é única, nosso desafio está em desenvolver uma escuta atenta e um olhar sensível às produções infantis, que vão nos informar sobre seus conhecimentos, interesses e as hipóteses que levantam para as soluções de problemas. Essa escuta e olhar sensíveis revelam as aprendizagens que não estão sementes nos livros, mas nas aprendizagens que são fruto das interações fias, que partem tanto do mundo exterior como da vontade íntima da criança de ultrapassar seus limites.

4.2. Princípios de Currículo

O currículo conceitua-se como um norte de fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e justa. Sendo assim, são abordados como princípios articuladores: Formação integral, equidade e excelência, educação em direitos humanos e inclusão. Nesses encontros se formulam, compartilham e processam conhecimentos explícitos ou conhecimentos que não estão tão evidentes. Por esse motivo, o currículo não pode apenas sustentar aquilo que está explícito nas práticas cotidianas, mas também reflete sobre o que está oculto.

Sendo assim, as instituições de ensinos da Educação Infantil precisam pensar nas experiências vividas no seu interior, possibilitando encontros que as crianças possam se expressar sobre o que acontece à sua volta e consigo mesma enquanto desenvolvem autonomias da forma de sentir, pensar e solucionar problemas.

Como afirma Rego (2004, p. 108):

A escola desempenhará bem seu papel, na medida em que, partindo daquilo que a criança já sabe (o conhecimento que ele traz de seu cotidiano, suas ideias a respeito dos objetivos, fatos e fenômenos, sua “teorias” acerca do que observa no mundo), ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos, na linguagem Vygotskiana, incidir na zona de desenvolvimento potencial dos educandos. Desta forma poderá estimular processos internos que acabarão por ser efetivar, passando a construir base que possibilitará novas aprendizagens.

Nesse sentido, é preciso que a escola valorize o que a criança já traz consigo, compreendendo que ela precisa envolver-se com diferentes linguagens, valorizando o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis. Não se tratar apenas de transmitir à criança uma cultura considerada pronta, mas que possam oferecer condições para ela se apropriar de determinadas aprendizagens que lhes promovam o desenvolvimento das formas de agir, sentir e pensar que são marcantes em um momento histórico.

O currículo da educação infantil está elaborado incluindo conhecimento relacionado à Anguera, abordando alguns pontos importantes tais como: Origem/História; Resgate e valorização Cultural; Aspectos geográficos e naturais; Potencialidades empreendedoras locais com o intuito de aproximar o ambiente educativo da comunidade e conseqüentemente os próprios educandos.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

Com a necessidade de uma educação que garanta a superação dos obstáculos do cotidiano, a escola conquista o direito de ter uma gestão democrática que possibilita à comunidade escolar gerir a escola de forma participativa e transparente. De acordo com Luck (2006, p. 44), esse tipo de gestão:

[...] está associada ao compartilhamento de responsabilidade no processo de tomada de decisões entre os diversos níveis e segmentos de ensino da escola. Desse modo as unidades de ensino poderiam em seu interior, praticar a busca de soluções para seus problemas e, portanto, mais adequadas as suas necessidades e expectativas, segundo os princípios da autonomia e participação.

No contexto escolar, a corresponsabilidade fortalece todos os segmentos visto que representa a implicação de todos os sujeitos. Assim, compartilhar decisões, com base no diálogo e no consenso é um aprendizado para toda a comunidade escolar. É de suma importância a participação de todos os envolvidos no contexto escolar, no qual todos tenham direito à voz, ao diálogo, à opinião para assim trazer soluções de forma compartilhada para a melhoria dos projetos pedagógicos.

De acordo com a LDB, Art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Diante do que foi exposto, o LDB dialoga com os princípios, autonomia e descentralização na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e na implementação e efetivação do Conselho Escolar, fazendo com que toda a comunidade escolar esteja envolvida nas decisões importantes tomadas na escola. Esses órgãos são importantes para que realmente aconteça uma gestão escolar democrática.

Para que a gestão democrática se concretize faz-se necessário que o diretor escolar exerça suas funções no que se refere às questões administrativas organizacionais mobilizando todos os envolvidos nesse processo, e atue nos contextos interno e externo do ambiente escolar, buscando sempre o exercício coletivo e participativo da comunidade. Conforme Gadotti (1993, p. 17):

A gestão democrática da escola implica que as comunidades, os usuários da escola, sejam receptoras dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

Diante do que foi exposto, o envolvimento de todos nas decisões que envolvem o ambiente escolar, deve ter como finalidade atingir o mesmo objetivo, visando garantir a melhoria das atividades escolares. As famílias também devem participar e essa participação vai além das reuniões pedagógicas, os pais têm que interagir com tudo que se passa na escola e contribuir na elaboração do projeto

político pedagógico, contribuindo, assim, com a formação dos filhos no processo educativo.

2.6. A pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa contribui no processo da organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, abrange as diferenças e suas particularidades conduzindo por experiência curricular compreendendo como um processo vivo, em constante momento materializando o trabalho pedagógico o pedagógico.

Portanto do novo método de ensino e aprendizagem, a escola tem a necessidade de reconstruir sua prática pedagógica promovendo os avanços necessários para uma educação mais formativa oferecendo espaços e condições de apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e princípios éticos onde a criança é o sujeito protagonista da sua própria história.

O ato de pesquisar, por sua, vez leva a criança a exercer seu papel de protagonista, expondo suas ideias, participando, interagindo e acima de tudo escolhendo o que quer aprender. Por tanto, quanto mais cedo essa habilidade for desenvolvida, melhores serão os resultados no futuro.

Ter a criança, como protagonista no processo de ensino aprendizagem é uma meta fundamental para ser atingida no novo cenário Educacional, pois as mesmas já vêm inseridas em uma cultura que precisa ser respeitada e trabalhada dentro das diversidades sociais, políticas, econômica, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, consolidando então os objetivos da missão e dos valores.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

O mundo do trabalho é um tema importante para ser explorado na Educação Infantil, pois, está ligado diretamente a vida praticamente de todas as pessoas, e também faz parte do imaginário das crianças: elas costumam observar no seu cotidiano às ações dos adultos e também os instrumentos e equipamentos que utilizam no trabalho.

A intenção da nossa proposta de trabalho é buscar alcançar o direito da criança, através das brincadeiras de faz de conta, trabalhar diversos contextos de diferentes profissões e, assim, por meio dessas abordagens lúdicas, aproxima mais as crianças e (re)significa essa ação genuinamente humana: o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8. 0689/90, no artigo 4º, reafirma quem resguarda o dever de assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunidade.

Desse modo, o (ECA) aborda a questão da profissionalização, na qual a escola nas suas propostas pedagógicas irá abordar esse tema por meio de brincadeiras e interações. Sendo assim, o tema profissões será abordado em sala para que as crianças sejam inseridas num contexto que faça relação com a sua formação integral, tendo em vista o seu crescimento enquanto cidadãos de direitos.

A proposta da escola é criar muitos contextos de forma lúdica sobre o tema profissões, para fazer com que o processo ensino e aprendizagem sejam dotados de sentido, significado e função social. Abaixo segue algumas vivências que serão abordados com nossas crianças:

- ✓ Projeto: A nossa Cidade tem cultura;
- ✓ Atividade Coletiva: Dia do trabalho (conhecer e valorizar todos os profissionais que colaboram e trabalham na nossa escola: diretor, vice-diretor; merendeira, agente de portaria, professor etc);
- ✓ Sugerimos a presença de profissionais (familiares da criança ou não) para compartilhar informações e curiosidades sobre suas profissões;
- ✓ Jogos partindo do contexto profissões;
- ✓ Músicas que abordem o tema;
- ✓ Histórias;
- ✓ Brincar de faz de conta: Salão de beleza, feira livre, mercado, show de calouro, casinha;
- ✓ Exposições de instrumentos de trabalho;
- ✓ Desfile das profissões com as crianças.

O professor tem o papel fundamental para ampliar estratégias que possibilitem as crianças conhecerem e terem contato direto com diferentes

profissões, proporcionado a criança a convivência e valorização da nossa cultura local.

2.6.3. O Respeito à Diversidade

Buscamos no desenvolvimento diário da nossa prática pedagógica garantir o respeito às diferenças e promover um ambiente escolar acolhedor. Ensinar sobre os elementos que fundamentam a diversidade na Educação Infantil é fundamental para que a criança se torne um adulto tolerante, empático e capaz de respeitar o outro em suas nuances e particularidades.

Na prática, os educadores devem observar as atitudes da criança, priorizar o diálogo, expor à mesma aquilo que é diferente, demonstrando que o respeito à diversidade faz bem. Desse modo, nossas propostas metodológicas devem inserir jogos educativos que estimulem a sua integração, trabalhar a questão da diversidade de forma ampla e contínua, porém de maneira natural, inserindo na rotina diária, ou seja, nas brincadeiras, histórias e músicas.

É necessário que a criança aprenda a reconhecer e valorizar as diferenças, compreender a interação entre si mesmo e o mundo ao seu redor com o intuito de formar seres humanos aptos a viverem em meio ao coletivo, levando em consideração as diversas categorias que compõem a nossa sociedade atual.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico ajuda organizar todo o trabalho como calendário como formação continuada, reuniões eventos e toda rotina escolar. Através do planejamento pedagógico mantemos o foco de conseguirmos oferecer para nossas crianças qualidade no processo ensino aprendizagem contribuindo com o desenvolvimento sócio educativo. É por meio deste que guiamos as ações, preparemos a equipe sobre o que fazer e como fazer, e assim cumprir as propostas educacionais da instituição.

Organizamos nosso planejamento por grupo e período onde os professores participam no turno oposto de trabalho. Procuramos agregar todos os campos de experiências em nosso planejamento semanal, garantido os direitos de

aprendizagem divididos em 1º, 2º, 3º etapa de ensino. Para tal, utilizamos como recursos de fundamentação: BNCC - DCRM - DCRB - Diretrizes - Plano de curso, pesquisas, grupos para trocar de informações, debates, encontros pedagógicos e leituras.

Assim, fundamentados em Gasparim e Penetucc (2008, p. 3) entendemos que:

O educador, conhecendo a teoria que sustenta a sua prática, pode suscitar transformações na conscientização dos educandos e demais colegas, cegando até aos condicionamentos sociais, tomando o processo ensino aprendizagem em algo realmente significativo, em prol de uma educação transformadora, que supere os déficits educacionais.

Planejar também nos ajuda identificar as dificuldades existentes no trabalho. Por tanto, o planejamento não pode ser definitivo ele deve acompanhar a realidade e a necessidade da criança podendo ser alterado e adaptado para alcançar os objetivos trancados.

3.2. Avaliação para Aprendizagem

A avaliação conforme estabelecido na lei nº 9. 396/96 deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado, pois a mesma deve servir como instrumento de reflexão e análise da pratica pedagógica. Sendo assim, deve ser concebida como base no acompanhamento e registro feito pelo educador. Nessa avaliação deve constar a trajetória da criança suas descobertas e aprendizados, seus crescimento e dificuldades, enfim tudo que se refere ao desenvolvimento e progressos da mesma.

Já a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 39) “objetivo da avaliação na educação infantil é acompanhar e compreender a evolução do desenvolvimento da criança, considerando tanto as potencialidades cognitivas quanto sua transformação formativa, colocando-a no centro do processo educativo”. Desse modo, o trabalho do professor consiste além de ensinar em: refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.

Hoffmann (2012, p. 13) destaca que, “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”.

Por tanto, é importante que o professor atue como observador e registrador de uma prática contínua com o objetivo de conhecer as crianças suas características pessoais, emoções, comportamentos, interesses e o modo como se apropriam do mundo, auxiliando na reflexão para nortear e aprimorar o trabalho permeando todo o fazer pedagógico.

Dessa forma, a Escola Vitor estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito desta etapa:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático

(Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre a escola realiza um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”.

Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos. Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.
- ✓ **Relatório individual:** Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em

plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

Respeitar o próximo é tarefa que deve ser adquirida desde a infância, nosso contexto familiar, escolar e na sociedade. É preciso compreender as necessidades de prover nas vivências das crianças sobre os direitos humanos. São marcos desse processo a assinatura do Pacto de San Jose da Costa Rica (1969) e a promulgação da Carta Magna ou Constituição Cidadã de 15 de outubro de 1988, homologada pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Conforme analisa a Advocacia-Geral da União (AGU), no texto intitulado “Corte Interamericana de Direitos Humanos”.

Nesse intuito, todos nasceram livres e somos iguais, a escola é para todas as crianças com todas as suas diferenças e nuances culturais e sociais, todas têm direito a educação, a saúde, a arte, a cultura, ao amor para que possam contribuir com uma sociedade democrática mais justa e solidária.

Nossa escola atualmente não possui um projeto voltado para o aprendizado que concerne aos Direitos humanos das Crianças, contudo, diante das discussões e do processo de elaboração deste PPP, acreditamos que torna-se necessário, a incorporação nas práticas educativas dos objetos do conhecimento que delineiam sobre os direitos humanos das crianças previstos pelo ECA.

Dessa forma, planejamos para o ano de 2023 desenvolver um projeto denominado: Nossos Direitos, que tem como objetivo apresentar as crianças temas referentes aos seus direitos previsto pelo ECA e por nossa constituição como: direito de estudar, direito de brincar, direito ao lazer, direito a educação, moradia, saúde, família, amor etc, de forma lúdica e simples para que as crianças possam

compreender seus direitos e deveres, para que tenhamos uma sociedade cada vez mais justa e informada.

3.3.2. Educação para a Diversidade

Vivenciar a diversidade na Educação Infantil é essencial para que a criança se torne adulto tolerante, empático e que respeite o seu semelhante. A nossa escola tem a consciência de oferecer as crianças um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, atuando na formação de cidadãos mais bem-educados e respeitosos com o próximo.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004, p. 7):

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismo de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamento que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

Para promover o respeito e a valorização da diversidade no ambiente escolar, será incluído nas práticas pedagógicas temáticas e materiais que abordam temas do cotidiano de pessoas: negras, brancas, pessoas com deficiências, brincadeiras e instrumento musicais da cultura local e regional e nacional.

Dessa forma, através do brincar, histórias (como por exemplo: a história do Pátio Feio; Menina Bonita do Laço de Fita entre outras) músicas, jogos, projeto identidade e desenhos infantis que contemplem todas as diversidades. Essa proposta deve ser vivenciada no espaço escolar tem como finalidade promover ações que favoreçam a convivência e a interação, visando contribuir para uma prática educativa voltada uma sociedade mais humana e empática, baseada no respeito ao próximo.

3.3.3. Educação para o Trânsito

A escola se constitui como um dos principais espaços de formação de um ser humano mais consciente e capacitado para enfrentar a vida na sociedade. Dessa forma, acreditamos que a escola deve abordar já na educação infantil os ensinamentos adequados sobre a Educação para o Trânsito. Assim, a escola deve

contribuir de forma eficaz na construção de valores tais como: respeito ao próximo e proteção da vida.

Conforme o DCRB (2020, p. 80):

A Educação para o Trânsito é um caminho seguro para a preservação da vida. O comprometimento e a conscientização com a segurança no trânsito promovem a convivência harmoniosa na divisão do espaço das vias terrestres públicas e privadas e evitam as transgressões inflacionais às leis de trânsito.

Pode-se dizer que o objetivo geral da educação para o trânsito é estimular uma nova consciência em especial que dê prioridade a preservação de acidentes e a proteção da vida. Em geral, devem ser oferecidos as crianças e jovens conhecimentos práticos e conscientização das normas de trânsito.

O Art. 74, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) afirma que: “A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito”. Desta forma, compreendemos que para formar cidadãos conscientes para o trânsito é necessário, aprimorar, transformar posturas e hábitos adquiridos ao longo dos anos e formar novos cidadãos, para que, desta forma, se crie um ambiente urbano de qualidade.

Sendo assim, a Escola Vitor Bezerra Lola em sua proposta pedagógica, procura desenvolver projeto ou sequencia didática no intuito de transmitir para as crianças conhecimentos sobre o trânsito criando uma cultura de respeito às leis explorando através de suas vivências, os principais elementos do trânsito presentes no nosso município e nas cidades vizinhas.

Com base na realidade da cidade, podemos observar que o trânsito é tranquilo, com pouco fluxo de veículos, não há sinalização específica como semáforo, contendo apenas faixas de pedestres, placas de sinalizações e pinturas de meio fio para regulamentar e organizar o local. No entanto o objetivo de trabalhar com o projeto é desenvolver atividades voltadas aos valores relacionados à vida no trânsito proporcionando, assim conhecimentos sobre as regras e os perigos relacionados ao mesmo.

Visto que, a educação para o trânsito é importante para o desenvolvimento das crianças, assim, nossa escola procura inserir no decorrer do Projeto atividades lúdicas como: produção de semáforo, faixa de pedestre, placas, simulação de trânsitos em movimento explorando os elementos essenciais: carro, pessoas, placas

de sinalização entre outros. Além disso, acontecem rodas de conversas esclarecendo a má conduta no trânsito, importância do cinto de segurança e o impedimento do uso do celular ao dirigir.

Por tanto, a escola como espaço de formação compreende que a educação no trânsito deve começar na infância, pois as crianças, embora não sejam motoristas, são pedestres, passageiros e ciclistas, ou seja, participam do trânsito. Por isso, é importante que mesmo sendo crianças precisam conhecer algumas regras de trânsito para facilitar seu trajeto e manter sua segurança e evitar acidentes com outras pessoas.

3.3.4. Saúde na Escola

Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e outros órgãos como Conselho Tutelar e o Centro de Referência a Assistência Social (CRAS), buscamos desenvolver atividades durante o ano letivo que garantam esses direitos, além de proporcionar as crianças uma vida saudável. Ainda refletindo sobre a constituição Federal Weiss (1999), afirma que é necessário que no cotidiano das instituições de educação infantil compreenda saúde enquanto expressão de vida.

Com essa perspectiva, a escola durante o ano letivo aborda temáticas importantes sobre a saúde das crianças, baseado nas vivências e realidade local, emprega na didática escolar estratégias lúdicas para estimular e conscientizar sobre os cuidados básicos de higiene, como também as doenças que atingem o ser humano, tais como Dengue/Chikungunya/Zika-Vírus/Covid-19 e outros.

A Escola em parceria com os profissionais de saúde procura articular e promover momentos de orientações sobre os cuidados básicos de saúde, através de atividades lúdicas tais como: higiene corporal, oficinas de teatro, arte, músicas, e exposição de objetos que serve de hospedeiro para o mosquito da dengue, caminhada do dia D todos contra dengue, conscientizando sobre a gravidade da doença. Além disso, no decorrer do ano letivo são realizada escovação de dentes e aplicação de flúor promovido pela secretaria de saúde.

Vale ressaltar, que com objetivo de prevenir o abuso sexual, trabalho infantil e respeito à igualdade de gênero no decorrer do ano letivo com a participação do conselho tutelar é realizada palestras de conscientização, sobre a proibição do trabalho infantil e o cuidado com o corpo, alertando-os que não deve deixar tocar

nas partes íntimas e caso aconteça deve falar com os pais, responsáveis ou professora. Por ser um público infantil a inserção dessa temática é através de músicas e rodas de conversas.

Assim, a escola conhecedora do seu papel primordial para a formação humana busca abordar em suas práticas pedagógicas, conhecimentos que transmitam e desenvolvam competências que promova a saúde, o autoconhecimento, o autocontrole, autoestima, autonomia, consciência social, voltadas a formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais que comprometem o pleno desenvolvimento das crianças.

3.3.4. Educação Ambiental

A educação ambiental é voltada para conscientização das crianças sobre o meio ambiente e de como cuidar. Nesse sentido, é necessário que a escola comece desde cedo apresentar como importante ferramenta para despertar o conhecimento das crianças, levando em consideração as suas vivências.

A lei 9.795, de 27 de abril de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que define em seu Artigo 2º “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e informal”.

Em consonância com a temática abordada, a escola Vitor busca desenvolver atividades que contemple o ensino voltado para as vivências das crianças, conscientizando sobre os respeitos as questões ambientais, incentivando o cuidado ao meio ambiente de forma lúdica, através de dinâmicas, aula de campo, reciclagem de lixo com objetivo de melhorar a qualidade de vida.

Nossa Escola trabalha a educação ambiental de forma bem simplificada e objetiva, através de sequência didática explorando atividades lúdica tais como: filmes que aborde o meio ambiente, plantio de horta em garrafas pet, ensina como reciclar na pratica, importância da água, separação do lixo, leituras, rodas de conversas, fala da importância do plantio da árvore para natureza, aula de campo explorando a natureza da nossa cidade: praças ,jardins, lagos e lagoas, além de explorar os matérias reciclados fazendo visita na Associação Manuel Cajazeiras

conscientizando as crianças que a maioria destas matérias recicladas servem para reutiliza-los para outros fins.

Dessa forma, percebemos a importância de trabalhar nas escolas desde cedo a Educação Ambiental, por razão simples de sobrevivência em relação ao desgaste que a natureza vem passando. Vale salientar que essa conscientização abordada no ambiente escolar da educação infantil através das vivências, possibilita que as nossas crianças aprendam criar bons hábitos, sejam mais conscientes dos seus atos, assim, a chance de despertar a consciência pela preservação da natureza é maior e da possibilidade a uma vida melhor.

3.3.5. Educação Financeira para o Consumo

Para uma criança se tornar um adulto financeiramente responsável, é preciso ensiná-la desde cedo como lidar com dinheiro. O consumo e as finanças são hábitos que fazem parte do cotidiano das crianças. A escola na sua proposta pedagógica deve introduzir esse tema na rotina escolar, utilizando diferentes tipos de vivências.

Dentro da proposta de vivências da Educação Financeira para o Consumo da Educação Infantil da Escola Vitor Bezerra Lola, as crianças vão vivenciar experiências aprendendo de forma lúdica e divertida segue a baixo algumas atividades.

- ✓ **Roda de conversa:** Os docentes conversarão com as crianças sobre o dinheiro, o valor dos produtos e abordar sobre o querer e precisar, que precisa ser avaliado antes do consumo.
- ✓ **Brincar de faz de conta:** Mercadinho e feira livre, na qual é uma maneira de ensinar as crianças brincando a fazer compras. Os docentes nas suas práticas pedagógicas deverão montar um mercadinho de mentira, utilizando vários produtos e dinheiro de mentirinha: roupas, produtos que tem na dispensa da escola, livros, jogos, frascos de produtos vazios com tampas entre outros.
- ✓ **Listagem dos produtos:** Qual o mais caro? Qual o mais barato? Será que a quantidade de cédulas que tenho em mãos dar para comprar o produto caro?
- ✓ **Histórias Lúdicas:** Que pode colaborar muito para a educação financeira das crianças. Sugestões: Como se fosse dinheiro (Ruth e Rocha).

- ✓ **Aula-Passeio: Visita ao Supermercado:** Levar a criança ao supermercado para fazer comparações de diferença dos preços dos produtos.

Outro ponto importante que deve ser incluído nas práticas pedagógicas é a educação em consumo consciente através de atitudes sustentáveis e que deve ser posta em prática no dia a dia nas vivências das crianças como: Orientar as crianças sobre a importância de economizar energia, apagar as luzes quando sair, ao escovar os dentes não deixar a torneira ligada, evitar desperdício de comida entre outro.

Desse modo, plantar sementinha financeira e do consumo na Educação Infantil é contribuir para a formação de adultos responsáveis e preparados para fazer a diferença na sociedade.

3.3.6. Cultura Digital

A cultura digital é uma concepção que caracteriza como a tecnologia e a internet estão moldando a forma como nos comunicamos e interagimos na sociedade. É um produto decorrente do desenvolvimento das tecnologias digitais de informações e comunicação, que está em nosso dia a dia. As tecnologias digitais são tão presentes que abarca todos os aspectos da vida cotidiana, pois está presente nas relações entre homens e tecnologia em âmbito pessoal, econômico, profissional, social, político e educacional.

Dessa forma, destacamos as seguintes competências previstas pela BNCC (2018, p. 9):

Competência 05: que refere à cultura digital, compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informações e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (Incluindo as escolas) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Competência 04: refere se a comunicação, utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, em como conhecimento das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentido que levam ao entendimento mútuo.

Sendo assim, objetivamos adotar, estratégias de ensino no planejamento dos professores como: Vídeo aula, pesquisas sobre as vivências trabalhadas em sala, brincadeira de faz de conta com reciclagem com as ferramentas: tablet, celular,

notebook e jogos educativos com o intuito de ajudar no desenvolvimento da criança, na comunicação do pensamento crítico, além de contribuí para a criatividade.

3.3.7. Parte Diversificada

A parte diversificada do currículo compõe os conteúdos que complementa a Base Comum Curricular Nacional, valorizando as especificidades da região e do local que a escola está inserida, dando livre arbítrio para acrescentar temas que seja importante para comunidade.

Assim, com base no artigo 26 da LDB, que estabelece o seguinte:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Sendo assim, a escola Vitor além de se apropriar da BNCC, procura dar ênfase em situações que envolva a localidade e a região, proporcionando conhecimento relacionado ao município, estimulando na escola a vivência de cada criança que traz consigo uma história de vida, suas experiências e conhecimentos de mundo de acordo com a sua realidade.

Nesse sentido, buscamos trabalhar os saberes locais e saberes global se articulam de forma distinta, pois os saberes como: sotaques dialéticos e vários outros tipos de expressões são construindo na comunidade sem que ninguém siga obrigatoriamente. Enquanto os saberes globais já vêm determinados e imposto pela sociedade onde é necessário seguir um padrão de família econômico, conhecimento e comportamento.

Nossa escola explora a cultura local por meio de visitas aos espaços públicos pertencentes ao nosso município com o intuito de aproximar do ambiente escolar artista da cidade concluindo uma sequência didática para contemplar todos os setores como arte, culinária, música e a cavalgada.

Assim, a escola precisa potencializar os saberes culturais dando mais ênfase na pesca, no plantio e na feira livre. Pois as mesmas fazem parte do sustento de muitas famílias das quais as crianças estão inseridas. Vale ressaltar, que a escola realizara ações como: Sequência didática, palestra entrevistas e roda de conversa com objetivo de complementar os projetos já existentes na escola.

3.4. Perfis Esperado do Professor e da Criança

3.4.1. Perfis Esperado do Professor

O professor deve pertencer às causas e ações sociais da escola colocando em primeiro plano na sua prática pedagógica a escola como um espaço da construção de uma nova realidade social. Dessa forma a qualidade que a escola almeja está entrelaçada ao nível de comprometimento que os professores dedicam sendo assim, é necessário que todos os profissionais da educação tenham consciência sobre o real papel social.

Segundo Gadotti (2002, p. 3) “A educação para ser transformadora precisa estar centrada na vida das pessoas, suas culturas e respeitar o modo de vida e sua identidade”. Portanto, é fundamental que o professor repense novos recursos e atitudes didáticas pedagógicas que possa atender a sociedade usando o ensino como instrumento possibilitando as crianças terem uma consciência crítica e reflexiva.

Nessa perspectiva, entende-se que as crianças possuindo um saber mais elaborado, poderão no futuro se protegerem e construir uma sociedade melhor, menos excludente e mais democrática.

3.4.2. Perfil Esperado do Aluno

Grandes partes das crianças atendidas residem na cidade, apenas uma minoria vem da zona rural, necessitando do transporte escolar se deslocarem até em suas casas porem, quase todas tem acesso à tecnologia, e a maioria estão inseridas nos programas sociais do Governo Federal Auxilio Brasil.

Nossas crianças na sua maioria reconhecem suas matrizes históricas e culturais, no momento que são abordados temas sobre a nossa cultura local elas relatam muitos fatos como os festejos juninos, onde elas falam com clareza como foi a festa, que dançou, comeu muitas coisas gostas, que a praça estava enfeitadas com balões, bandeirolas e que vieram muitos parentes para a sua casa (primos, amiguinhos, tios, avós). Sobre seus históricos elas comentam também sobre as suas relações familiares, como é sua casa, quem mora com elas e citado o nome dos responsáveis e demonstrando carinho.

As nossas crianças demonstram interesse político quando o assunto é abordado no seu cotidiano e nas vivências em sala de aula, eles relatam fatos dos candidatos, número e até as cores dos partidos. Os docentes ficam atentos aos saberes que essas crianças trazem sobre a eleição e articulam atividades de forma lúdica como uma simulação da eleição.

Diante do que foi exposto, o perfil de criança que esperamos assenta-se nas seguintes características: autônoma, participativa, responsável, alegre, comunicativa, desinibida etc, é de suma importância que os docentes estejam atentos ao perfil de cada criança e que nas rodas de conversa tenham uma escuta apurada para incluir nas suas práticas pedagógicas, saberes que as crianças trazem consigo, que são essenciais para o desenvolvimento das crianças nas suas peculiaridade.

4. ETAPAS ENSINO

4.1. Educação infantil

4.1.1. Pré-Escola

A Escola Vitor Bezerra Lola compreende que a criança/infância é um ser único e completo, ativo e com potencialidades em seu desenvolvimento desde os primeiros anos de vida, ou seja, desde que nasce já é capaz de interagir nas relações e práticas cotidianas as quais vivenciam em família e na escola.

Criança e infância são construções sociais, históricas e culturais que se consolidam nos diferentes contextos nos quais são produzidas e a partir de múltiplas variáveis como classe social, etnia, gênero e condições socioeconômicas das quais elas fazem parte.

Neste sentido, a Escola Vitor articula essas concepções alinhadas com os documentos referenciais curriculares (BNCC/DCRB/DCRM), reconhece que a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico ela é produtora da cultura, que interage socialmente com outros por meio de diversas linguagens e nos diferentes modos de agir, construindo seus saberes.

Assim, o saber da criança deve ser valorizado e exige dos docentes alterações no modo de pensar e agir, principalmente porque na prática precisam

desenvolver a sua escuta para que, o seu modo de pensar possa contemplar as diferentes linguagens das crianças, os saberes.

A organização do tempo e espaço do ambiente da nossa escola deve dar condições de aprendizagem que promova o desenvolvimento integral das crianças e esses espaços deve oferecer liberdade de movimento, segurança e socialização e trocas de saberes. A organização dos espaços da escola Vitor deve ser construída a partir de atividades diversas, as quais deverão envolver as crianças e assim estimular uma serie de habilidades.

Direitos de Aprendizagem: o processo de aprendizado e desenvolvimento das crianças se dá pela maneira como está se relaciona com seus pares e ambientes ao seu redor, assim suas aprendizagens ocorrem em meio às relações sociais e, também a partir dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e, Conhecer-se, estabelecidos na BNCC (2018, p. 37):

[...] seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambiente que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento, são essenciais para garantir o respeito ao modo como as crianças aprendem e se desenvolve como:

- ✓ **Conviver:** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- ✓ **Brincar:** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempo, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- ✓ **Participar:** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos

matérias e dos ambiente, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- ✓ **Explorar:** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- ✓ **Expressar:** como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- ✓ **Conhecer-se:** é construir a sua identidade pessoal, social e cultural, construindo uma imagem positiva de si e de seus grupos a qual pertence, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição e em seu contexto familiar e comunitário.

O papel da escola na sua proposta pedagógica a partir da compreensão dos direitos de aprendizagem deve trabalhar de forma efetiva para que garantam os objetivos propostos, organizado ações e os espaços para garantir que esses direitos sejam potencializado no desenvolvimento de forma integral da criança de forma efetiva de acordo com as experiências e vivências e suas particularidades.

O Documento Referencial Curricular Municipal considera os campos de experiência fundamentais para a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento - conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Os Campos de experiência trazidos pela BNCC são:

- ✓ O Eu, o Outro e o Nós;
- ✓ Corpo, Gestos e Movimento;
- ✓ Traços, Sons, Cores e Formas;
- ✓ Escuta, Fala Pensamento e Imaginação;
- ✓ Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

O objetivo desse campo de experiência é que as crianças se tornem habitas a valorizar a sua própria identidade, assim como reconhecer e respeitar as diferenças.

O educador deve criar situações de atividades e brincadeiras que levem as crianças a repensar o seu modo de brincar, os seus costumes, apresentar atividades de outras culturas com isso fará com que a criança respeite o outro. Esse campo ajudará a criança a valorizar outras culturas e fazer um mundo melhor e sem preconceito.

Corpo, Gestos e Movimentos: a finalidade desse campo é que a criança conheça e reconheça o próprio corpo, propõem exploração de sensações e brincadeiras que permitem com que a criança descubra as potencialidades e limites corporais auxiliando assim o desenvolvimento de uma consciência corporal e cuidado com o próprio corpo.

A BNCC (2018, p. 41) aponta que:

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. [...] As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade.

Através do corpo e dos gestos que as crianças expressam emoções, sentimentos, pensamentos, portanto o movimento é utilizado como linguagem por parte da criança. É através do corpo que a criança explora o mundo ao seu redor e assim amplia o seu repertório motor.

O educador nas suas práticas pedagógicas deve envolver as crianças em atividades lúdicas, brincadeiras, músicas (cantigas de roda, faz de conta são atividades fundamentais para que a criança se desenvolva e se expresse através de uma linguagem corporal.

Traços, Sons, Cores, e Formas: Para onde a gente olha podemos reconhecer traços, sons, cores e formas, pois estes são estímulo importante para a compreensão do mundo. O foco desse campo de experiência é a interação da criança com materiais e sons que a permitam identificar cores, formas, texturas em diversos objetos e instrumentos musicais ou qualquer outro objeto que produza som. De acordo com a BNCC (2018, p. 41) é importante para a criança:

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Este é um campo de experiência muito associado às manifestações artísticas e culturais e científicas. Neste campo de experiência podemos vivenciar diversas linguagens como, por exemplo, as artes visuais, a dança, a música a cultura local e regional, é muito importante que a criança reconheça a diversidade do mundo, a diversidade cultural que nos cerca.

Os docentes nas suas práticas pedagógicas devem propor atividades e brincadeiras que explorem os diversos ritmos musicais, regional apresentar e determinados ritmos das regiões do nosso país. Apresentar quadros, pinturas, utilizar cantigas populares tradicionais, que envolvam o ritmo, onde seja necessário que as crianças batam as mãos, batam os pés para produzir sons.

Outra atividade interessante é a identificação de cores nos objetos, qual a forma e textura. **Escuta, Fala Pensamento e Imaginação:** esse campo trabalha aspecto com a comunicação verbal, quando conta história do seu dia a dia do seu cotidiano, quando consegue narrar histórias, fábulas, desenhos que assistiram.

O docente deve estimular esse processo de fala de escuta com as crianças, que eles possam relatar fatos entre eles, professor, família e comunidade onde estão inseridas. A BNCC (2018, p. 4) ressalta que:

Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. [...] o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros.

É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializado assim a sua participação na cultura oral, pois é na escuta de história na participação de conversas nas descrições, nas narrativas elaboradas

individualmente ou em grupo que as crianças se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente ao grupo social. As experiências com a literatura infantil proposta pelo educador mediador entre e o texto e as crianças contribui para o desenvolvimento pelo gosto pela leitura do estímulo a imaginação e da ampliação de conhecimento de mundo.

Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações: Deve promover atividades e brincadeiras onde as crianças possam explorar o seu entorno, manusear objetos, criar experiências que irão trazer respostas para suas curiosidades. Este campo propõem a exploração e a interação com o mundo exterior, com pessoas, objetos para que possa enriquecer o seu repertório.

A BNCC (2018, pp. 42-43) descreve o campo de experiências “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” da seguinte maneira:

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade.

Desde muito pequena as crianças procuram se situar em diversos espaços, seja na escola, em casa, na rua, escola, na cidade, também no tempo, dia, noite, amanhã, hoje, ontem. Apresenta curiosidade sobre o mundo físico, sobre o seu próprio corpo, fenômeno atmosférico, animais, plantas sobre uma infinidades de objetos e coisas. Elas se deparam com conhecimentos matemáticos como, medidas, quantidades e dimensões. Portanto, a escola deve promover experiências que possibilitem as crianças a investigar e buscar soluções para a suas curiosidades.

Em relação ao aspecto relações maior, menor, largo fino, leve, pesado e quantidades pode ser trabalhado facilmente com brincadeiras e jogos com matérias concretos diversos e fazer pilhas ou montinhos e a criança será instigada a observar,

analisar em qual montinho ou pilha tem a maior quantidade, assim estaremos trabalhando quantidades.

No que tange a organização curricular trazida pela BNCC, uma proposição que indica como os trabalhos na Educação Infantil devem ser conduzidos a partir dos campos de experiências com vistas a apoiar o trabalho docente. Importa compreender o organizador curricular como dispositivo de referência para construção de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento da criança e para a ampliação do campo das orientações metodológicas.

Sendo assim, a escola propõe um trabalho de forma contextualizada, diversificada através dos temas integradores acrescidos dos aspectos regionais e locais e visa promover o ensino levando em conta a realidade e experiências vividas pelas crianças, acreditando na compreensão dos conhecimentos para o seu cotidiano.

4.2.1. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

O processo de transição entre uma etapa e outra requer atenção, avaliação e equilíbrio para que ocorra a integração e a continuidade do processo de ensino e aprendizagem sem traumas e dificuldades. Deste modo, acreditamos que através da ludicidade pode-se desenvolver um processo de adaptação mais prazeroso e tranquilo.

A Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 53) aponta que:

Desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem se são capazes de fazer, evitando a descontinuidade.

Assim, para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental aconteça de forma satisfatória é necessário que haja uma continuidade ou pelo menos uma retomada das experiências vividas na Educação Infantil, com a perspectiva de aprofundá-las e ampliá-las. Dessa forma, os docentes que irão desenvolver o trabalho educacional com essas crianças que saem da Escola Vitor para a Escola Érico necessitam compreender e estarem atentos a este processo.

Portanto, a escola tem papel fundamental na busca pelo apoio da família, auxiliando-as e até preparando-as para ajudarem seus filho neste processo de transição, pois além da mudança radical de espaço, as crianças terão novas

demandas, uma nova rotina mais intensa de estudo, além do contato com novos professores, que à primeira vista pode causar-lhes certos bloqueios.

A transição das crianças para ensino fundamental deve acontecer de maneira tranquila e agradável, através de visitas ao novo ambiente, interações com os novos professores e coordenador pedagógico, para que as mudanças sejam aceitas de forma positiva, contribuindo assim, com o crescimento educacional de cada criança.

É importante ressaltar que os professores da escola que irão atuar no primeiro ano tenham contato com os relatórios descritivo e as fichas de acompanhamento de cada criança, saibam como elas se desenvolveram na educação infantil, quais habilidades adquiriram, onde tem mais dificuldade e quais potenciais. Isso vai ajudá-lo a garantir uma transição mais tranquila, respeitando os conhecimentos que aquela criança traz.

Nessa perspectiva, para contribuir com esse processo da transição, propor um momento de encontro entre coordenador, docentes e pais, para terem informações pertinentes sobre o desenvolvimento da criança, com essas informações em mãos será muito mais fácil organizar estratégias que garanta a continuidade no aprendizado.

5. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.1. A Política da Educação Inclusiva

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum.

Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

*Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;
Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.*

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com necessidades especiais os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia

de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos

conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora.

As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC, 1994, p. 13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular.

A sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020 foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam à educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, modalidades e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

- ✓ Oportunizar o reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimular as funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
- ✓ Incentivar a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político-Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo.

Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas

passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille;
- ✓ Técnicas de Soboran;
- ✓ Orientação e Mobilidade;
- ✓ Educação Física Adaptada;
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos;
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas áreas do conhecimento para que uma avaliação justa seja feita para

além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2. A Política Da Educação Do Campo

5.2.1. Concepção/Princípios/Diretrizes da Educação do/no Campo

A escola que atende os alunos do campo é instituída com a finalidade de preservar a identidade do sujeito oriundo do meio rural. Entretanto, esse objetivo se choca com um espaço composto por sujeitos tanto da cidade quanto do campo, como acontece na Escola Vitor Bezerra Lola.

Sendo assim, compreendemos que, a Educação do Campo não se reduz a uma proposta pedagógica, mas a um conjunto de ações com impactos educacionais, culturais e produtivos, a fim de valorizar e reconhecer a identidade das escolas para construção de um currículo que atenda as especificidades dos povos. Dentre os princípios teóricos e metodológicos da educação do campo que devem orientar as ações das escolas do campo destacam-se:

- ✓ Oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência da criança na escola;
- ✓ Possibilitar às crianças, vivências de socialização e interação do meio familiar e da comunidade escolar;
- ✓ Promover formação de professores com atuação específica;
- ✓ Organização escolar para atender o público provindo da zona rural;
- ✓ Valorização por meio de atividades lúdicas pedagógicas, convivências e metodologias as reais necessidades dos alunos do campo.

Segundo o contexto real, vale destacar que a Escola Vitor Bezerra Lola é formada por alunos da faixa etária entre 4 e 5 anos, a maioria dos alunos reside na zona urbana, porém existe uma pequena parcela habitante da zona rural.

Salientando esses princípios, buscamos aprimorar os pensamentos e projetos, inserindo a educação campestre como uma das pautas de reformulação do nosso Projeto Político Pedagógico, percebendo a importância de reafirmar as lutas sociais do campo, de modo que assegure as particularidades dos sujeitos e não como um método que os mesmos tenham que se adaptar.

Ainda assim, a escola pensa na proposta de educação flexibilizada para atender às peculiaridades da vida do campo e de cada região, através de construções sociais e culturais para minimizar os problemas excludentes na educação da população rural, construindo uma visão positiva e essencial para a formação do cidadão e transformação da sociedade.

Entendemos a importância de uma grade curricular inovadora e adaptada para especificidades do campo, já que a nossa escola atende as crianças oriundas da zona rural. Sendo assim, os professores, a gestão participativa, à rede de comunicação e atuação integradas dos setores das redes de ensino são instrumentos para implementação da avaliação, contribuindo assim para apropriação da aprendizagem.

Estruturalmente, nossa proposta para avaliar o aluno advindo do campo é a realização da Atividade Complementar (AC) durante o período escolar com os professores, para que os mesmos estejam preparados e capacitados dentro das salas de aula para favorecer um ambiente favorável e inclusivo, reforçando o compromisso com o município o qual estamos inseridos.

Em paralelo a isso, organizamos reuniões com a participação dos pais ou responsáveis para construção de uma parceria, abordando assuntos da realidade com o objetivo de estimular o aumento do interesse do aluno pela rede escolar como também, a criação de projetos escolares para compartilhar conhecimento e assim poder expor o que conseguem aprender durante o ano letivo.

Contudo, essa metodologia de socialização com alunos e famílias, consegue atuar de forma positiva para avaliarmos a realidade e inserir o espaço de vida dos componentes do campo à escola, adequando a convivência na sala de aula e os projetos escolares aos diferentes níveis de necessidade.

Além disso, a Pedagogia da Escuta na Educação Infantil é uma abordagem acolhedora e enriquecedora para propor uma prática interessante a criança, porque quando ouvem relatos sobre as experiências vividas e a forma que vivem, direcionam cada vez mais o foco sistemático ao processo educativo, assim conseguem aprimorar o conhecimento baseado em uma perspectiva sócio-construtivista significativa.

5.3. A Política da Inovação Tecnológica

5.3.1. Concepção da Inovação Tecnológica

A política de inovação tecnológica é o documento que define as regras e propostas na educação, buscando compreender as novas formas no ensino. No entanto, a docência inovadora impulsiona o uso da tecnologia no processo de aprendizagem, as inovações fornecem um modelo de ensino mais atrativo, mesmo diante das reais dificuldades.

A inserção das tecnologias no contexto educacional é uma realidade cada vez mais necessária diante das demandas atuais, é possível utilizar de forma positiva a tecnologia na infância, principalmente ao possibilitar o acesso às vivências educativas. Mesmo diante das reais dificuldades encontradas na escola Vitor, o uso do aparelho celular tem sido uma das grandes ferramentas de colaboração nessa área.

Assim, compreendemos que a inserção da inovação tecnológica pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem no seguimento da educação infantil, pois nossos pequenos estão cada vez mais conectados aos celulares, possibilitando o desenvolvimento do pensamento cognitivo e estratégico da criança, o que garante uma melhor assimilação de informações no mundo real.

Tencionamos fazer uso das inovações tecnológicas com o intuito de ampliar as metodologias dos nossos docentes, pensando nas estratégias inovadoras do ato de ensinar, ampliando as possibilidades de desenvolvimento das práticas de ensino e os modos de desenvolvimento da aprendizagem, relacionando sempre a tecnologia e a inovação aos campos de experiências que fazem parte da rotina dos nossos educandos.

A esse respeito Gadotti (2002, p. 8) enfatiza que:

A escola não pode ficar a reboque das inovações tecnológicas. Ela precisa ser um centro de inovação. Temos uma tradição de dar pouca importância à educação tecnológica, a qual deveria começar já na educação infantil. Na sociedade da informação, a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações 'úteis' para a competitividade, para obter resultados. Deve oferecer uma formação geral na direção de uma educação integral.

Analisando o exposto acima, a tecnologia na educação infantil necessita ser explorada cada vez mais, pois, as crianças precisam ter uma relação mais próxima

com os aparelhos tecnológicos e a escola deve ser o centro de informação para que elas possam desde cedo aprender o uso consciente da tecnologia, facilitando uma aprendizagem eficiente e significativa.

Ao abordar os conceitos referentes à Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDICs) no ambiente da educação infantil pensa-se em possibilitar novas experiências de descoberta para criança. Desse modo, as tecnologias não devem ser compreendidas apenas como ferramentas, mas como proposta pedagógica que contribui no desenvolvimento da aprendizagem.

Vale lembrar que, durante o período pandêmico em decorrência da COVID-19 (2020-2021) fomos impelidos a lançar mão dos recursos tecnológicos com o intuito de dar seguimento às atividades educacionais, fato que ocasionou mudanças significativas no fazer pedagógico. Sendo assim, nossa escola realizou parceria com as famílias fortalecendo os vínculos através das ações desenvolvidas tais como: vídeoaulas, áudio de orientações e jogos específico direcionado a aprendizagem.

Nesse viés, com o retorno das aulas presenciais é notório que a escola necessita se adequar aos avanços tecnológicos, já que a mesma não possui recursos avançados, tais como: laboratório de informática, dispositivos eletrônicos como computadores, notebook e tablet para o uso das crianças.

Dessa forma, a escola precisa pensar na formação continuada pra professores em relação ao uso das novas tecnologias educacionais para que possam fazer a inserção dessa ferramenta com analogia as vivências das crianças. Pois assim a aula se torna dinâmica atrativa e facilita na aprendizagem das mesmas.

5.3.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica.

Nossa escola compreende a importância da inserção das inovações tecnológicas na vida dos educandos desde a Educação Infantil, visto que, as demandas da atualidade têm crescido em relação a este assunto. Contudo, buscamos nos atentar aos métodos de inserção para não suplantam o desenvolvimento de habilidades que remetam às atividades motoras, cognitivas e práticas.

Com base na realidade da nossa escola, na qual os educandos possuem relação muito forte com o uso de celulares e internet, voltados para jogos, músicas,

animação entre outros, buscamos propor algumas atividades que dialoguem com os conhecimentos e ferramentas já utilizadas pelos mesmos.

Com o objetivo de fazer uso dos conhecimentos prévios dos educandos e tornar as aulas mais convidativas e atrativas, almejando assim instigar os alunos, trabalhar a percepção, coordenação motora e capacidade reflexiva quanto as vivencias apresentadas na sala de aula.

Dessa forma, nossa escola tem como princípios:

- ✓ Mostrar as ferramentas que podem favorecer o desenvolvimento da aprendizagem;
- ✓ Preparar as crianças para o futuro, no sentido de saber utilizar as tecnologias e suas inovações de forma positiva, ou seja, utilizá-las como recurso educativo e não apenas como forma de entreter-se;
- ✓ Contribuir com a ampliação da participação das crianças na sala de aula através da inserção da temática a ser apresentada por meio dos diversos recursos tecnológicos;
- ✓ Fortalecer a relação professor-aluno através da utilização dos conhecimentos e das vivências das nossas crianças, no que concerne ao campo da inovação tecnológica como recursos didáticos;
- ✓ Estimular a criatividade das crianças para construção de cidadãos críticos e reflexivos sobre o uso das inovações tecnológicas.
- ✓ Promover por meio das tecnologias produções colaborativas para aprendizagem;
- ✓ Oferecer para as crianças atividades pedagógicas on-line que estimule aprendizagem.

De acordo com os estudos e pesquisas realizadas sobre os princípios de inovação tecnológica para (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico nota-se que a escola Vitor necessita criar estratégias e buscar recursos para a inserção de forma concreta dessa ferramenta na prática pedagógica, promovendo iniciativas que facilitem nas ações desenvolvidas para aprendizagem.

5.3.3. Diretrizes de Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica é uma ferramenta importante que foi incorporada na educação oferecendo condições para a inovação na aprendizagem das crianças e

nas ações pedagógicas. Dessa forma as leis que rege a educação incentivam a inovação das tecnologias no ambiente educacional.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) estabelecem no seu art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Ainda sobre a temática a constituição federal no seu no Art. 218 menciona que, o estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica, e a inovação tecnológica.

É importante mencionar que a BNCC define em duas das dez competências essenciais para aprendizagem o uso das tecnologias digitais. Nesse sentido a escola compreende que a aprendizagem é construída pelas competências e é consolidada pela integração da criança e a formação tecnológica. Ainda a Base Nacional Comum Curricular, conscientiza sobre o uso das tecnologias e seu papel na educação infantil e embelece que o recurso digital é incluído como um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular, reflete que a tecnologia é importante para o processo de ensino e aprendizagem, por isso deve ser explorada desde educação infantil para que as crianças comecem a ter conhecimento do grande benefício que esse recurso favorece, logo são ensinadas nos primórdios a utilizar esse recurso desenvolvem uma importante construção na aprendizagem.

Sendo assim, diante de tantas mudanças que vem acontecendo com o avanço da inovação tecnológica é importante ressaltar que a realidade da nossa escola ainda necessita de mecanismo para de fato acontecer, pois a falta desses recursos não tornou ainda parte da realidade do nosso ensino, sendo preciso buscar mecanismos e estratégias.

5.3.4. Diretrizes e Indicadores de Avaliação

Os indicadores de avaliação é parte intrínseca do processo de aprendizagem, e está ligado a análise feitas a partir dos resultados individuais e coletivos, assim como os professores e alunos, ação de avaliar serve para que os gestores avaliem a qualidade e a capacidade do serviço oferecido pela escola compreendendo o valor da qualidade do ensino.

Sendo assim, os indicadores de avaliação têm como objetivo apresentar resultados de forma qualitativa e quantitativa podendo auxiliar numericamente e avaliar os processos medindo a qualidade da aprendizagem desde a educação infantil.

Nesse sentido, a escola Vitor avalia que o uso das inovações tecnológicas só tem sentido se estiver relacionado a uma perspectiva educacional comprometida com o desenvolvimento humano, a formação cidadã, a liderança democrática, o respeito à profissão docente e a qualidade social da educação.

5.4. A Política de Assistência Estudantil

5.4.1. Concepção De Assistência Estudantil

A política de assistência estudantil é o direito que assegura a permanência e o sucesso da criança na escola garantido pelo estado. Esse apoio estudantil é justificado por programa, projetos sociais e atividades de acompanhamento das crianças por equipe multidisciplinar tais como: assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Além desses especialistas ainda deve ser contemplado pelos nutricionistas e enfermeira.

A Constituição Federal de 1988 assegura, no artigo 205 que:

A educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, e será possível com a colaboração da sociedade, objetivando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para uma vida feliz, bem como, a sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a constituição federal a educação possui um papel essencial para o desenvolvimento intelectual, sociocultural e econômico do indivíduo. Sendo necessário oferecer condições e acessibilidades adequadas às crianças que possa possibilitar seu desenvolvimento integral e a permanência na escola.

A escola, juntamente com o município garante as crianças permanência na escola por meio de incentivo e busca ativa através de ligações telefônicas para as famílias, procurando informações sobre o motivo da falta, programa Eu amo minha Escola, o programa PAAE leite. Em casos extremos, acionamos o conselho tutelar para um melhor acompanhamento da frequência e do desenvolvimento de aprendizagem das crianças.

5.5. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento

5.5.1. Concepção da Formação Continuada

A formação continuada contribui para o aperfeiçoamento profissional, pois é uma oportunidade importante, com o intuito de promover novos ambientes de aprendizagem dando novo significado às práticas pedagógicas e é uma forma que busca assegurar um ensino de qualidade. Segundo Freire (1991, p. 58), “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, agora se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.

Assim, durante o processo de formação, o docente adquire experiências e conhecimentos que o transforma, ou seja, na sua maneira de pensar e agir. É também uma forma de valorização do profissional, ele estará sempre se aperfeiçoando e se atualizando, tanto nas experiências de estudos quanto no cotidiano escolar. Além disso, a instituição ganha um grupo de profissionais capaz de atender às demandas por uma educação de excelência.

Diante do que foi exposto, as ações da formação continuada das professoras da Escola Vitor Bezerra Lola, acontece no próprio espaço escolar esses encontros são organizados sobre a direção Supervisora da Educação Infantil Jacqueline dos Santos Silva através dos encontros formativos, palestras e seminários com temáticas de acordo o seu contexto, a fim de despertar o professor a ser reflexivo, e motivando-o a ir em busca de sua formação.

Além da formação permanente na escola, os professores são incentivados a participarem de formações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação que deveria ser ofertada com mais frequência. São motivados também a realizar cursos ofertados pelo MEC, e para os que possuem formação só em magistério são orientados a fazerem cursos de graduação e pós-graduação.

Porém, ainda temos poucas formações durante o ano letivo diante das dificuldades apresentadas pelos docentes, a exemplo do manejo com os recursos tecnológicos como: manusear um datashow, slides, programas básicos de computador entre outros. A escola tem observado que muitos profissionais não têm muita habilidade no manejo da tecnologia digital, e diante dessa situação tem incentivado os docentes a ampliar o conhecimento tecnológico, pois, a instituição acredita que o professor deve buscar novas formas de aprender e ensinar.

Diante do que foi exposto, a escola alinhada aos documentos curriculares referencias (DCRB /DCRM), tem a intenção de articular formações continuada, pois é essencial para manter os profissionais atualizados, mais preparados, capazes de promover aprendizagens significativas, melhora a qualidade do ensino com novas temáticas, contribuem para um aprendizado ainda mais rico, está apto a extrair o melhor de sua turma, promovendo resultados satisfatórios que refletem positivamente a imagem da instituição de ensino e está preocupado em proporcionar o melhor para sua escola.

5.5.2. Princípio orientador da formação continuada

A formação continuada envolve múltiplos saberes e dimensões na vida do professor. Esses saberes são necessários para o aperfeiçoamento de conhecimento e métodos importantes para o dia a dia na sala de aula. Nessa perspectiva, o aprimoramento do docente deve estar entrelaçado aos princípios de ensino para dar suporte no aprendizado da criança auxiliando-o na construção do conhecimento e preparando o para a vida.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases, Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII – valorização do profissional da educação escolar;*
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
- IX – Garantia de padrão de qualidade;*
- X – Valorização da experiência extraescolar;*
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;*
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial;*
- XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p. 2) devem respeitar os seguintes princípios:

- I – Ético: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.*
- II – Político: dos direitos da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.*
- III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.*

A formação continuada dos profissionais da nossa instituição deve estar respaldada nos princípios nos fundamentos que norteia a proposta pedagógica englobando princípio ético da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade, estético da sensibilidade, criatividade, ludicidade, da qualidade, da concepção de criança enquanto cidadão de direito.

5.5.3. Diretrizes da Formação Continuada

A formação continuada é permanente e torna-se fundamental, pois serve como base para formar cidadãos e profissionais mais competentes, éticos e humanos. Além da formação inicial é necessário buscar aperfeiçoamento constante dos saberes que é primordial as práticas no cotidiano escolar. Essa busca pela formação parte dos meios vivenciados na prática e assim ressignificar as experiências ao longo da atuação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96 em seu artigo 62 e 63 os seguintes tipos e modalidades dos cursos de formação de professores:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade (Normal.

Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A Lei Complementar Nº 186 de 22 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de educação – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei Nº 13,005/2014 que trata do Plano Nacional da Educação - PNE. Que apresentam algumas metas sobre a formação continuada do professor.

Meta 14: garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado da Bahia e município de Anguera, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida

em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Estratégias:

14.1) diagnosticar, no primeiro ano de vigência deste PME, as necessidades de formação específica de nível superior dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal de ensino;

14.2) fomentar, em regime de colaboração entre União e estado da Bahia, a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;

14.3) garantir que, no mínimo, 5% dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal ingressem em cursos de licenciatura de sua área de atuação, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

Meta 15: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

15.1) formular política de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

15.2) instituir programa municipal de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

15.3) aperfeiçoar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

15.4) incentivar a formação de professores do município em nível de educação especial.

Diante do que foi exposto, é necessário que todos os professores da escola Vitor Bezerra Lola possuam formação específica de nível superior na área a qual atua. Acreditamos que a formação é necessária não apenas para aprimorar a ação dos profissionais e melhorar a sua prática pedagógica, a formação é direito de todos os professores por uma escola de qualidade.

Assim sendo, pensando em melhorar ainda mais a qualidade da proposta pedagógica da escola para buscar um ensino de qualidade requer atenção e planejamento. Será definido um cronograma de acompanhamento e avaliação das formações continuada dos professores, com foco na melhoria dos resultados das aulas e na dinâmica e inovação da aprendizagem das crianças.

5.6. A Política De Comunicação Escola/Família e Escola e Comunidade

5.6.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

A parceria com a família é uma ponte para a relação entre escola e comunidade. O trabalho de parceria entre ambas requer uma visão ampla desta interação. Embora tenham funções distintas, elas exercem papel importante na vida das crianças quando age de forma participativa no âmbito escolar, baseada na cooperação, respeito e na confiança, que são fundamentais para o sucesso do desenvolvimento das crianças.

Conforme Tiba (1996, p. 140), “O ambiente escolar deve ser de uma instituição que contemple o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afeto. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício da criança”. Isto quer dizer que, através desse trabalho em conjunto, as duas irão desenvolver ações em que o filho/aluno só tem a ganhar, contribuindo assim para o seu processo de ensino aprendizagem.

A comunicação é um fator necessário para todos que participam do ambiente escolar. Os interlocutores do processo de comunicação escola/ família - comunidade são equipe gestora, coordenação pedagógica e professores. Os pais são informados a respeito da vida escolar das crianças por meio de diferentes canais de comunicação. Nesse sentido, a escola Vitor prioriza reuniões, eventos organizados pela escola, grupo de WhatsApp, comunicado impresso e plantão pedagógico.

Assim sendo, uma boa relação entre a família e escola deve estar em parceria no trabalho educativo, na qual o objetivo principal é o desenvolvimento da criança. O papel da escola é realizar sua função educativa junto aos pais, informando, orientando sobre vários aspectos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social das crianças.

5.6.2. Princípio da Comunicação Escola / Família / Comunidade

A família, escola e comunidade são instituições sociais que devem ser parceiras e manter um contato constante, e promover ações relevantes para assegurar o desenvolvimento integral da criança para o qual acreditamos que ambas são as bases de sustentação para a formação do sujeito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Lei Nº 9.394/96, no artigo 2º, define os princípios e finalidade de educação:

A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, quando falamos de educação, pode – se salientar duas instituições de extrema importância nesse processo: família e escola, que tem como objetivo único de conduzir a criança corretamente para que se torne um cidadão responsável inspirado nos princípios, visando o desenvolvimento integral da criança preparando para a vida.

Ressaltando esses pontos positivos dessa relação, a escola tem observado que a presença da família na escola é pouca participativa, para intensificar mais essa integração, a escola promoverá um projeto que durará durante o ano. O tema do projeto: Interação e Participação da Família no Ambiente Escolar, que tem como objetivo, inserir os pais nas atividades diárias da escola e envolver no projeto pedagógico. Segue algumas ações do Projeto:

- ✓ Entrevista no período da matrícula;
- ✓ Atividades coletivas pais e filhos trimestrais;
- ✓ Oficinas;
- ✓ Convidar para participar de atividades culturais;
- ✓ Roda de conversas individual e coletiva entre outros.

Nessa perspectiva, é importante as duas terem relação bem próxima, serem parceiras no intuito de criar práticas que venham produzir o desenvolvimento geral da criança, a escola tem que articular estratégias para manter uma relação com os pais para atingir o melhor resultado que é o sucesso das crianças.

5.6.3. Diretrizes da Comunicação Escola / Família / Comunidade

A relação escola, família e comunidade são imprescindíveis para o sucesso escolar da criança, no entanto essas três instituições são importantes e podem proporcionar uma ligação necessária para um bom desenvolvimento escolar produtivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96, no artigo 1º, apresenta como diretrizes:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ainda na LDBEN, no artigo 12, estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Assim, a escola deve estar em constante diálogo com família e comunidade e para socializar questões educacionais, na qual ocorrerá uma troca de conhecimento que beneficiará a todos. Uma gestão participativa com e responsabilidade compartilhada com questões relacionadas ao desenvolvimento educacional da criança.

Para que exista uma relação entre escola e comunidade, o espaço da escola Vitor Bezerra Lola está sempre aberto para comunidade para eventos, palestras, datas comemorativas, festas tradicionais da nossa cultura. Além dessas ações trabalhamos o projeto: A nossa Cidade tem Cultura! Onde valorizamos os artistas da comunidade: artesãs, confeitadeira, cantores etc. Por meio desse projeto enriquece a aprendizagem das crianças e estimula a relação entre escola e comunidade.

Essas ações com a relação escola – família - comunidade se fortalece em uma verdadeira parceria e os indivíduos passam a respeitar e reconhecer ainda mais a proposta pedagógica da escola. Uma escola infantil cidadã e socialmente responsável que se interagem com a comunidade faz a diferença.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

A avaliação do Projeto Político-Pedagógico é um documento que tem como finalidade acompanhar as ações e metas, com o propósito de verificar se os objetivos traçados estão sendo alcançados. Assim, é necessário criar estratégias a fim de realizar esse acompanhamento periodicamente, ou sempre que os resultados

alcançados não estiverem de acordo aos resultados desejados. De acordo Veiga (2013, p. 32):

A avaliação do projeto político pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças, e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Assim, buscamos apoio nos modelos de avaliação institucional e da aprendizagem, ações como aplicação de questionários, reuniões com a comunidade escolar fazer um diagnóstico para apontar os desafios e aprimorar os avanços na tomada de decisão. É preciso estar em concordância com toda proposta pedagógica partindo de uma reflexão-ação reflexão, se fazendo pensar em um trabalho colaborativo e inovador onde a criança torna se protagonista no processo de ensino aprendizagem.

Desse modo, o processo de avaliação do PPP da Escola Vitor Bezerra Lola iniciou-se a partir do momento que constatamos que o nosso PPP (2017) estava obsoleto, tendo em vista as demandas atuais que acompanham o cotidiano das nossas crianças. Foi necessário a implementação da (Re)elaboração do PPP da nossa instituição, que tem como finalidade alinhar esse documento com (DCRM/DCRB) em consonância com a Base Nacional Comum Curricular.

O acompanhamento do PPP será constantemente durante o ano letivo, através de reuniões com o conselho escolar, colaboradores e professores será utilizado diversos instrumentos avaliativo tais Como: questionários para coleta de informação relevantes, fichas de mapeamentos do desenvolvimento das crianças mapeando os avanços e habilidades e competências a serem alcançadas pelas crianças.

Sendo assim, avaliação do PPP será uma ação cotidiana pela equipe pedagógica verificando e adequado planejamento de forma a garantir se os objetivos traçados estão sendo alcançados. Por tanto a avaliação do PPP da escola Vitor está sendo reorganizado com o objetivo de prover situações desafiadoras dentro das vivencias orientadas pela BNCC e DCRM, partindo do conhecimento prévio das crianças. Possibilitando a então assegurando a manifestação de seus interesses, desejo e curiosidades valorizando suas produções individuais e coletivas.

6.2. Aspectos Teórico – Metodológicos dos Processos

Nos aspectos que dizem respeito aos processos Teórico-Metodológicos, estes deu-se por meio de estudos e discussões a partir das teorias de Veiga (2013), Freire (2021), Segura (2001), Tiba (1996), Rego (2004), Luck (2006), Sousa (1995), Gadotte (2002), que embasaram a (Re)elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico, tomando como base os documentos legais DCRB (2020), DCRM (2022), BNCC (2018), que fundamentaram o PPP para proporcionar melhor a qualidade do ensino.

O processo da (Re)elaboração do nosso PPP iniciou com Audiência Pública na Câmara Municipal, mobilização de conscientização da comunidade escolar através de vídeos, cartazes e diálogo, assim, buscamos estratégias para fortalecer a integração de toda a comunidade escolar (pais, crianças, professores e colaboradores) sobre a proposta pedagógica da instituição.

Logo após, a mobilização foi definido encontros com o Comitê Colaborativo para definir o cronograma o roteiro da (Re)elaboração do PPP, que ficou articulado da seguinte forma: Avaliação diagnóstica para os pais, crianças, professores, auxiliares de desenvolvimento educacional, coordenação pedagógica, diretor, vice-diretor e colaboradores. E no decorrer de cada encontro foi organizado uma tabela de estudo e formação com o comitê escolar e com a Undime pelo canal do youtube.

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

As diretrizes para implementação do processo deste documento se constituirá através do consenso entre nossa equipe escolar que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos a partir do ano de 2023:

- I. Logo após o início do ano letivo de 2023, será discutido em cada AC elementos que fundamentem a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;
- II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;
- III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por etapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;

- IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;
- V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para validar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;
- VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;
- VII. Incentivar a participação/observação dos nossos estudantes na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatísticas da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos e práticas pedagógicas;
- VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual será distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

Nesta vertente, almejamos que toda a comunidade escolar esteja unida e empenhada em prol da melhoria da qualidade da educação em nossa escola, através da (Re)elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico acreditamos que as possibilidade de avançarmos cada vez mais em direção a uma educação com resultados satisfatório se faz mais presentes em nossa escola.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

Entende-se que a avaliação possibilita meios de alcançar o desenvolvimento das práticas realizadas no ambiente escolar, pois nos possibilita obter resposta no que se refere a aplicação métodos e teorias concernentes ao desenvolvimento da aprendizagem com foco no alcance das competências e habilidades descrita pela BNCC.

Por tanto, todos os envolvidos deverão ser avaliados professor, gestor, coordenador etc, e até mesmo o nosso projeto pedagógico, a fim de aprimorar novas

possibilidades na organização e reflexão do fazer pedagógico. Sobre o assunto Sousa (1995, p. 63) menciona que:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição.

De acordo com Souza, a avaliação é primordial para compreendermos a realidade da escola e ao mesmo tempo nos orientar nas tomadas de decisões, direcionando as intervenções necessárias para o desenvolvimento de um bom trabalho escolar. Por isso em consonância com o pensamento destacado acima, elencamos as seguintes observações que serão realizadas durante o processo de avaliação do nosso Projeto Político-Pedagógico:

- I. O PPP está de fato sendo colocado em prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?
- III. As metas foram alcançadas com base no esperado?
- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.

- VIII. Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola e a coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.
- IX. O acompanhamento do Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade.

Deste modo, nossa escola estará efetivando sua função enquanto instituição de desenvolvimento da aprendizagem e da formação humana, colocando em prática os preceitos pautados na efetiva democratização da participação da comunidade escolar, através do conhecimento e da participação de todos durante cada ano letivo e por meio das ações de avaliação do nosso Projeto Político-Pedagógico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico é um documento de grande importância dentro de uma escola, pois irá subsidiar o trabalho que deve ser democrático e, portanto deve ser redigido com representantes de todos os segmentos presentes na escola. Para que nenhum deles se sinta excluído na frente dos outros, porque acima de tudo todas têm mesma responsabilidade na escola.

O resultado desse trabalho desenvolvido por diferentes autores tais como: Gadotti, Freire, Nóvoa, Veiga, Ferreira, dentre outros, com o intuito de oferecer a escola diversas oportunidades de trabalhar, com o objetivo e oportunidades de beneficiar a todos da comunidade escolar. Porém cabe ressaltar que, o Projeto Político Pedagógico é um documento de trabalho não é estático, é um documento que deve ser avaliado pela equipe escolar necessitando de atualizações em suas ações de pleno desenvolvimento e seu conjunto.

O presente estudo para a (re)elaboração deste documento permitiu reflexão sobre a rotina escolar identificando aspectos que necessitam de atenção. Dessa forma, percebemos que a escola que dialoga, pensa, questiona e compartilha conhecimento é uma escola independente, que anda na criação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANGUERA. Bahia. Secretaria de Educação Municipal. **Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera**. Anguera: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

_____. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/posts/noticias>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

_____. **REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO**. Portaria Sec.nº 005/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/Secretaria de Educação Básica – Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília; MEC / SEB, 2010.

_____. LDBN nº 9.394/94 de **Diretrizes e Bases Nacionais**, 1996.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia**. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 2.ed.São Paulo, Cortez ,1993.

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança** – Porto alegre; Mediação, 2012.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PARO V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

SEGURA, D. de S. B. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapes, 2001.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**, 3 ed. porto alegre: artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e incertezas sobre currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013. p.10-16.

TIBA, I. **Disciplina, limites na medida certa**. São Paulo: gente 19996.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível** (org.). – 29ª Ed, - Campinas, SP: Papyrus, 2013.